

Uma solução: microfilmar.

A Coleção Visconde do Rio Branco — milhares de anotações, recados, mensagens e documentos paraguaios apreendidos pelas tropas do Conde d'Eu no final da Guerra da Tríplice Aliança, tem um grande valor histórico. Formam o mais importante documento de que se dispõe atualmente sobre a História da América Latina no início do século XIX. A decisão de entregá-la ao Paraguai deve depender exclusivamente do governo brasileiro. Mas, se isso for feito, toda a coleção deve ser microfilmada, primeiro.

Essa é a opinião do historiador Sérgio Buarque de Hollanda sobre a afirmação do jornal **La Tribuna**, de Assunção, segundo a qual o Brasil deveria devolver ao Paraguai os troféus conquistados na guerra da Tríplice Aliança.

Sérgio Buarque diz que a atual coleção Visconde do Rio Branco era uma série de documentos que o ditador So-



Buarque: valor histórico.

lano Lopez guardava consigo desde o início da campanha contra Brasil, Argentina e Uruguai. No fim da guerra, com Assunção já tomada e Solano se refugiando das tropas aliadas, um intendente, na localidade de Peribebuí, surpreendeu guardas paraguaios queimando papéis. Ordenou que se interrompesse a queima e comunicou o fato ao Conde d'Eu. Os papéis foram apreendidos e trazidos para o Brasil pelo Visconde do Rio Branco.

— Existe de tudo entre os papéis. Desde documentos de guerra importantes, até cartas, bilhetes, recados trocados entre tropas, notas de compra. São bons documentos da época. Constantemente, historiadores argentinos, uruguaios e europeus consultam esses papéis como fonte de dados. O Brasil, se achar conveniente, pode devolver esses documentos ao Paraguai. Mas deve microfilmá-los, pois eles têm informações valiosas.

Segundo Sérgio Buarque, no entanto, não é costume na história mundial devolver esse tipo de troféus conquistados a nações que perderam guerras. A França retém em seus museus uma quantidade enorme de documentos, objetos de arte — a Venus de Milo, inclusive, e outros troféus ganhos principalmente nas campanhas de Napoleão. O historiador diz que a decisão cabe ao governo.

Jornal da Tarde
23.08.1974